**COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB
COMUNICADO**

Em atendimento à emenda 19, de 04/06/1998, que acrescentou o parágrafo 6º ao artigo 39 da Constituição Federal, e às Instruções nº 01/2020, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, procede à publicação anual da remuneração correspondente ao seu quadro de cargos permanentes, quadro de cargos de confiança e ao quadro especial em extinção, referente ao exercício de 2021 (base 31/12/2021), a saber:

QUADRO DE CARGOS PERMANENTES		MENOR REMUNERAÇÃO (R\$)	MAIOR REMUNERAÇÃO (R\$)
1	ADVOGADO	6.190,81	13.598,48
2	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	1.626,86	1.933,06
3	ANALISTA ADMINISTRATIVO	6.190,81	13.598,48
4	ANALISTA AMBIENTAL	6.190,81	13.598,48
5	ANALISTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	6.190,81	13.598,48
6	ANALISTA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	6.190,81	13.598,48
7	ARQUITETO	9.350,00	13.598,48
8	AUDITOR	6.190,81	13.598,48
9	AUXILIAR DE CAMPO	2.341,75	2.926,52
10	AUXILIAR DE ENFERMAGEM DO TRABALHO	3.874,01	4.835,95
11	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	1.952,77	2.437,67
12	AUXILIAR DE LABORATÓRIO	2.341,75	2.926,52
13	BIÓLOGO	6.190,81	13.598,48
14	BIOMÉDICO	6.190,81	13.598,48
15	COPEIRA	1.952,77	2.319,40
16	DESENHISTA	3.293,17	4.113,18
17	ENGENHEIRO	9.350,00	13.598,48
18	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	9.350,00	13.598,48
19	ESCRITURÁRIO	2.341,75	2.926,52
20	ESTATÍSTICO	6.190,81	13.598,48
21	FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	6.190,81	13.598,48
22	FÍSICO	6.190,81	13.598,48
23	GEOFÍSICO	6.190,81	13.598,48
24	GEÓGRAFO	6.190,81	13.598,48
25	GEÓLOGO	6.190,81	13.598,48
26	GRÁFICO	2.784,61	3.306,31
27	JORNALISTA	6.190,81	13.598,48
28	LÍDER DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO	3.874,01	4.600,73
29	MÉDICO DO TRABALHO	6.190,81	13.598,48
30	METEOROLOGISTA	6.190,81	13.598,48
31	MOTORISTA	2.784,61	3.306,30
32	OFICIAL DE MANUTENÇÃO	3.293,17	3.913,43
33	OPERADOR DE CENTRO DE CONTROLE	2.784,61	3.473,21
34	OPERADOR DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	2.784,61	3.306,31
35	OPERADOR DE SERVIÇOS GRÁFICOS	1.952,77	2.319,40
36	OPERADOR DE TELECOMUNICAÇÕES	2.784,61	3.473,21
37	OPERADOR DE TELEX	1.952,77	2.319,40
38	QUÍMICO	9.350,00	13.598,48
39	REPÓRTER FOTOGRAFICO	4.550,79	5.679,61
40	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	3.874,01	6.031,80
41	TÉCNICO AMBIENTAL	3.874,01	6.031,80
42	TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	3.874,01	6.031,80
43	TECNÓLOGO	6.190,81	13.598,48
44	TELEFONISTA	1.952,77	2.319,40
45	WEBDESIGNER	4.550,79	5.679,61
QUADRO DE CARGOS DE CONFIANÇA		MENOR REMUNERAÇÃO (R\$)	MAIOR REMUNERAÇÃO (R\$)
1	ASSESSOR ADMINISTRATIVO	7.738,83	7.738,83
2	ASSESSOR TÉCNICO I	12.544,56	12.544,56
3	ASSESSOR TÉCNICO II	15.693,19	15.693,19
4	ASSESSOR TÉCNICO III	19.777,47	19.777,47
5	ASSESSOR TÉCNICO IV	20.140,18	20.140,18
6	OUVIDOR	15.693,19	15.693,19
QUADRO ESPECIAL EM EXTINÇÃO (PROCESSOS S.F. Nsºs 09.761/1998 e 11.182/1998)		MENOR REMUNERAÇÃO (R\$)	MAIOR REMUNERAÇÃO (R\$)
1	AUXILIAR ADMINISTRAÇÃO II	2.632,16	2.632,16
2	AUXILIAR SERVIÇOS/PRODUÇÃO	1.584,91	1.584,91
3	CHEFE SEÇÃO II	10.381,53	10.381,53
4	ENCARREGADO SEÇÃO	4.578,38	4.578,38
5	ENGENHEIRO PL	17.172,10	17.172,10
6	ESPECIALISTA II	6.411,58	6.411,58

Procuradoria Geral do Estado**GABINETE DO PROCURADOR GERAL****DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E
ATIVIDADES COMPLEMENTARES****EXTRATO**

Despacho da Diretora do Departamento de Suprimentos e Atividades Complementares de 05/05/2022
PROCESSO PGE-PRC-2022/01104
Assunto: Dispensa de Licitação 09/2022

Com fundamento no inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, declaro dispensada a licitação e autorizo a contratação direta da empresa MARCIO DE FÁRIA RAMOS ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.377.128/0001-34, para prestação de serviços técnicos especializados de elaboração de projeto de desenho ilustrativo e fotomontagem em 3D referente a execução do projeto de climatização do edifício da Procuradoria Geral do Estado, situado na Rua Maria Paula nº 67, pelo valor total de R\$ 3.688,00 (três mil, seiscentos e oitenta e oito reais), conforme Termo de Referência aprovado e proposta comercial constantes do processo administrativo PGE-PRC-2022/01104, aos quais estará vinculada a contratada, submetendo-se, outrossim, ao disposto na Resolução GPG nº 18, de 27/03/1992. A contratação será formalizada mediante nota de empenho aplicando-se o Decreto estadual nº 53.455, de 19/09/2008, de sorte que eventual inscrição no CADIN inviabilizará o pagamento, dando causa à sua retenção.

PROCURADORIAS REGIONAIS**PROCURADORIA REGIONAL DE TAUBATÉ****PROCURADORIA REGIONAL DE TAUBATÉ
COMUNICADO**

A Comissão de Processo Seletivo de Estagiários de Direito da Procuradoria Regional de Taubaté - Seccional de Taubaté, torna público o gabarito de respostas e a relação das notas dos candidatos com a consequente classificação, consoante a prova realizada em 19/04/2022.

O prazo para eventual recurso será de 02 (dois) dias úteis seguintes à publicação, devendo o recurso ser encaminhado para o e-mail institucional cqvieira@sp.gov.br

Gabarito da prova objetiva: 1-B, 2-A, 3-D, 4-C, 5-E, 6-C, 7-E, 8-A, 9-D, 10-E, 11-C, 12-E, 13-D, 14-B, 15-A.

Lista geral dos candidatos, em ordem de classificação por nota:

Posição	Nome	Nota
1	Thais Perillo Benvenuti de Moraes	9,93
2	Yasmin Ferreira de Brito	9,2
3	Anna Julia Moraes Ribeiro	8,3
4	Gabriela de Castro Almeida	8,0
5	Melissa Giovana Ananias Magalhães	7,6
6	Otávio Sacchi Pereira Leite	6,7
7	Alessandra Stefani Aparecida da Silva	6,66
8	Nathalia Marques das Dores	6,6
9	Bianca Cristine da Silva Souza	6,4
10	João Vitor Chacur Nunes	6,1
11	Lucas Arruda Vaquelli	5,5
12	Rosilane Aparecida Nascimento da Rocha	5,0

13	João Vitor Queiroz	4,3
14	Rogério Nascimento da Rocha	4,2
15	Fábio Vieira Santana	3,8

Lista dos candidatos aprovados:

Posição	Nome	Nota
1	Thais Perillo Benvenuti de Moraes	9,93
2	Yasmin Ferreira de Brito	9,2
3	Anna Julia Moraes Ribeiro	8,3
4	Gabriela de Castro Almeida	8,0
5	Melissa Giovana Ananias Magalhães	7,6
6	Otávio Sacchi Pereira Leite	6,7
7	Alessandra Stefani Aparecida da Silva	6,66
8	Nathalia Marques das Dores	6,6
9	Bianca Cristine da Silva Souza	6,4
10	João Vitor Chacur Nunes	6,1
11	Lucas Arruda Vaquelli	5,5
12	Rosilane Aparecida Nascimento da Rocha	5,0

PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS**Comunicado**

Edital do Procedimento de Seleção de Estagiários de Direito da Procuradoria Regional de Campinas – Seccional de Limeira.

I. O Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Regional de Campinas faz saber que, no período de 09 de maio 2022 a 20 de maio de 2022, estarão abertas as inscrições para o procedimento de seleção de estagiários de Direito para a Seccional de Limeira, do qual poderão participar estudantes de Direito cursando os dois últimos anos do curso jurídico (7º, 8º, 9º ou 10º semestres) em 2022, em Faculdades de Direito oficiais ou reconhecidas. Estudantes matriculados no 6º semestre poderão efetuar a inscrição, ficando o início do estágio condicionado à realização de matrícula no 7º semestre.

II. O processo seletivo destina-se à formação de cadastro de reserva. Os candidatos habilitados poderão ser convocados para as vagas de estagiário que eventualmente forem abertas, na medida das necessidades da unidade, até o limite de 42 (quarenta e duas) vagas para a Regional, dentro do período de validade do certame, que é de 1 (um) ano, sempre de acordo com a ordem de classificação e na medida dos recursos disponíveis.

III. Nos termos do artigo 17, §5º, da Lei federal n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas. Para o cumprimento de tal dispositivo, serão destinadas as vagas 10ª (décima), 20ª (vigésima), 30ª (trigésima) e, assim, sucessivamente. Esses candidatos deverão apresentar requerimento de inscrição instruído com laudo médico atestando o tipo de deficiência e o seu grau, com expressa referência à Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID 10, bem como informar quais ajudas técnicas e condições específicas são necessárias para a realização da prova. Serão fornecidas condições especiais aos candidatos com deficiência visual, auditiva e física. O requerimento de reserva de vagas e o atendimento às ajudas técnicas solicitadas serão analisados pela Comissão Organizadora em 5 (cinco) dias e publicado no Diário Oficial do Estado. Dessa decisão, poderá ser interposto recurso administrativo em igual prazo, endereçado ao Centro de Estágios da PGE. Se não houver candidatos deficientes inscritos ou aprovados, as respectivas vagas poderão ser preenchidas pelos demais candidatos.

IV. O candidato que não estiver inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Seção de São Paulo, deverá, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do início do estágio, comprovar a sua inscrição no Quadro de Estagiários da Ordem dos Advogados do Brasil, sob pena de desligamento do estágio.

V. O estágio presuppõe matrícula e frequência regular no curso de Direito e terá a carga horária de 4 (quatro) horas diárias. A duração do estágio condiciona-se à conclusão do curso de Direito e não pode exceder a 2 (dois) anos, fazendo o

estudante jus à bolsa mensal de R\$ 910,80 (novecentos e dez reais e oitenta centavos), nos termos da Resolução PGE n.º 15, de 20 de abril de 2022, além de auxílio-transporte, nos termos da Resolução PGE n.º 04, de 02 de fevereiro de 2022.

VI. O estágio não confere ao estudante de Direito vínculo empregatício com o Estado.

VII. O candidato aprovado deverá, quando da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, firmar declaração de que não é servidor público e, tampouco, possui vínculo com escritório de advocacia que atue contra a Fazenda do Estado de São Paulo, judicial ou extrajudicialmente; ou, que na condição de servidor público, não possui impedimento para exercer a advocacia e não exerce atividades incompatíveis com a advocacia, de acordo com o disposto na Lei federal n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, havendo compatibilidade de horários entre as atividades concernentes à sua condição de servidor público, estudante de direito e estagiário da Procuradoria Geral do Estado, e ainda apresentar cópia da Cédula de Identidade, comprovante de matrícula ou declaração da Faculdade que demonstre estar cursando o 4º ou 5º ano (7º, 8º, 9º ou 10º semestres) em Faculdade de Direito oficial ou reconhecida.

VIII. As inscrições poderão ser feitas por cadastro no site www.pge.sp.gov.br.

IX. A prova apresentará 15 (quinze) questões de múltipla escolha (com cinco alternativas cada) e uma dissertação, divididas como segue:

a) 5 (cinco) questões de Direito Administrativo, observado o seguinte conteúdo programático:

1. Atos Administrativos: Atributos, Elementos e Extinção;
2. Administração Pública (artigos 37 e 38 da Constituição da República);
3. Servidores Públicos (artigos 39 a 41 da Constituição da República);

4. Bens públicos (artigos 98 a 103 do Código Civil);
5. Improbidade Administrativa: Disposições Gerais (artigos 1º a 8º da Lei federal n.º 8.429, de 2 de junho de 1992).

b) 5 (cinco) questões de Direito Processual Civil, observado o seguinte conteúdo programático:

1. Prazos: Disposições Gerais (artigos 218 a 232 do Código de Processo Civil);
2. Procedimento Comum: Petição Inicial e Contestação (artigos 319 a 331 e artigos 335 a 342 do Código de Processo Civil);
3. Provas: Disposições Gerais (artigos 369 a 380 do Código de Processo Civil);
4. Recursos: Disposições Gerais (artigos 994 a 1.008 do Código de Processo Civil);
5. Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei federal n.º 12.153, de 22 de dezembro de 2009).

c) 5 (cinco) questões de Direito Tributário, observado o seguinte conteúdo programático:

1. Sistema Tributário Nacional: Princípios Gerais e Limitações do Poder de Tributar (artigos 145 a 152 da Constituição da República);
2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal (artigo 155 da Constituição da República);
3. Aplicação, Interpretação e Integração da Legislação Tributária (artigos 105 a 112 do Código Tributário Nacional);
4. Suspensão do Crédito Tributário (artigos 151 a 155-A do Código Tributário Nacional);
5. Extinção do Crédito Tributário (artigos 156 a 174 do Código Tributário Nacional);

d) uma dissertação de Direito Constitucional com, no máximo, 20 (vinte) linhas, observado o seguinte conteúdo programático:

1. Direitos e Deveres Individuais (artigo 5º da Constituição da República);
2. Organização dos Poderes (artigos 44 a 135 da Constituição da República);
3. Ordem Econômica e Financeira (artigos 170 a 192 da Constituição da República);
4. Ordem Social (artigos 193 a 232 da Constituição da República).

X. Cada questão de múltipla escolha valerá 0,5 (cinco décimos) de ponto e a questão dissertativa valerá 2,5 (dois e meio) pontos, totalizando 10 (dez) pontos.

XI. A prova realizar-se-á no dia 03 de junho de 2022, sexta-feira, com duração de 2 (duas) horas, das 14:30 horas às 16:30 horas, no Auditório e salas de aula do Pavilhão de Aulas da Faculdade de Tecnologia da Unicamp – Rua Paschoal Marmo, nº1888 – Jardim Nova Itália, Limeira (CEP 13484-332).

Os candidatos deverão comparecer com 45 (quarenta e cinco) minutos de antecedência, munidos de documento de identidade com foto, protocolo de inscrição e caneta esferográfica azul ou preta. Não serão tolerados atrasos. Não serão permitidas quaisquer consultas à doutrina, legislação ou jurisprudência.

XII. Será excluído do processo seletivo o candidato que:

a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
d) não apresentar documento que bem o identifique;
e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;

f) ausentar-se da sala de provas levando Folha de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos;

g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

h) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

i) não devolver integralmente o material recebido;

j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar;

k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares. A propósito, ressalva-se que o candidato com deficiência auditiva o candidato poderá solicitar, no momento das provas, autorização para utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação, com a finalidade de garantir a lisura do certame;

l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

XIII. O resultado da prova escrita será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Executivo - Seção I no dia 10 de maio de 2022, também será divulgado no site da PGE/SP. O prazo para eventual recurso será de 2 (dois) dias úteis seguintes à publicação do resultado no DOE.

XIV. Inscrições de candidatos habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a cinco, numa escala de zero a dez. Em caso de empate, a classificação será resolvida favoravelmente ao candidato que: (a) obtiver a maior nota da prova de Direito Processual Civil; (b) obtiver a maior nota na Dissertação; (c) estiver matriculado no 4º ano do curso de Direito; (d) tiver a maior idade. Os candidatos habilitados que excederem o número de vagas abertas serão convocados para o preenchimento de vagas existentes durante a validade do certame (1 ano) e na medida dos recursos disponíveis, nos termos do artigo 2º da Resolução PGE-39, de 8-7-2010.

ANEXO
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão do Procedimento de Seleção de Estagiários de Direito da Procuradoria Regional de Campinas – Seccional de Limeira.

....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº

....., residente e domiciliado na

....., telefone residencial nº..... e celular nº..... e-mail

....., aluno(a) regularmente matriculado(a) no ano da Faculdade de Direito

....., portador de

. (deficiência - natureza e grau da incapacidade, CID 10, e especificação da ajuda técnica a fim de adaptação da prova, se o caso),

preenchendo os requisitos constantes do edital, vem requerer sua inscrição para o Procedimento de Seleção de Estagiários de Direito junto à Procuradoria Regional de Campinas – Seccional de Limeira.

Termos em que,
Pede deferimento.

Limeira, de de

12

Universidade de São Paulo**REITORIA****GABINETE DO REITOR****RESOLUÇÃO 8227, DE 5 DE MAIO DE 2022.**

Altera dispositivos do Estatuto da Universidade de São Paulo, transformando o Conselho de Pesquisa no Conselho de Pesquisa e Inovação e criando o Conselho de Inclusão e Pertencimento e a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, e dá outras providências.

O Reitor da Universidade de São Paulo, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em 03 de maio de 2022, e considerando que:

- faz parte da missão da Universidade transmitir e preservar o conhecimento nela gerado;

- a inovação constitui, ao mesmo tempo, uma forma de geração de conhecimento em parceria com outros setores da sociedade e de transferência deste conhecimento para o benefício e desenvolvimento social e econômico da sociedade;

- esta função é particularmente oportuna na atualidade em que a economia das nações passa a ser uma economia do conhecimento, cujo sucesso depende do empreendedorismo e da inovação;

- inovação é atividade-fim da USP por fomentar o intercâmbio de conhecimento entre a Universidade e a Sociedade, a formação de profissionais para o trabalho no mundo contemporâneo e por ajudar a cumprir suas funções sociais;

- a incorporação da atividade de inovação à Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP) afirma a intrínseca relação entre pesquisa e inovação;

- a transformação da PRP em PRPI (Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação) é uma forma de tornar a agenda da inovação visível às mais altas esferas administrativas da Universidade, de harmonizar a atuação dos órgãos de inovação da Universidade, de capilarizar a inovação em todas as Unidades, Museus, Institutos Especializados e órgãos complementares, bem como de cuidar da vitalidade do ecossistema de inovação da Universidade;

- a diversidade em seus aspectos de gênero, étnico-raciais, sexuais e culturais tem sido foco de políticas e debates mundiais e crescentes manifestações contrárias à segregação, exclusão, violações e violências;

- as políticas de inclusão e de permanência reconhecem a importância dos movimentos sociais e identitários, tais como os movimentos e coletivos feministas, que configuram pautas políticas e culturais com potencial transformador da realidade brasileira;

- as universidades integram movimento de reconhecimento político das diferenças e das lutas pelas reparações históricas;

- a USP tem há décadas expressado preocupação e desenvolvimento iniciativas relacionadas com as desigualdades sociais, de gênero, étnico-raciais e de pessoas com deficiência;

- as diversidades são elemento fundamental na produção do conhecimento e da inovação;

- ações afirmativas, de inclusão e equidade devem colaborar para garantir a excelência na formação e pesquisa;

- a diversidade, pertencimento e inclusão devem significar a capacidade de reconhecer o novo, de dialogar com os potenciais inerentes ao diverso, o que significa abrir e ampliar as fronteiras da produção do conhecimento;

- a associação da excelência com inclusão e pertencimento deve incorporar docentes, discentes e servidores técnicos e administrativos;

- as condições socioeconômicas, de raça e de gênero afetam as possibilidades de formação dos estudantes, docentes e servidores técnicos e administrativos;

- a USP possui equipamentos e programas que buscam enfrentar as desigualdades de permanência;

- com as demandas dos membros da USP e da sociedade ampliaram-se os programas, ações e entendimento do que sejam ações afirmativas;

- as transformações ocorridas no perfil de alunos, docentes e servidores técnicos e administrativos sugerem a ampliação dos desafios e demandas relacionados a inclusão e pertencimento;

- as ações de inclusão e equidade estão em permanente transformação e devem dialogar intensamente com os diversos grupos às quais se referem;

- as políticas de inclusão/ações afirmativas devem ultrapassar a entrada na vida universitária, sendo capazes de gerar pertencimento, ou seja, uma identificação com os projetos e princípios ético-políticos da universidade, sem que tenha que abrir mão ou desvalorizar a sua história, cultura e lugar de origem;

- uma política de saúde mental, com acolhimento do sofrimento em suas dimensões subjetivas, sociais e institucionais deve integrar a vida universitária e seus processos de formação;

- políticas de inclusão e a permanência devem ser capazes de ampliar o escopo de problemas e temas de investigação da USP, garantindo efetivas trocas e permeabilidades com a sociedade;

- este amplo conjunto de desafios, consolidados em programas, projetos e ações institucionais, deve estar centralizado em uma estrutura de gestão projetada para lidar e enfrentar estes desafios,

baixa a seguinte
RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - O inciso II do artigo 14 do Estatuto da USP, baixado pela Resolução 3461, de 7 de outubro de 1988, fica acrescido de um item 5:

"Artigo 14 - (...)
II - (...)

5 - Conselho de Inclusão e Pertencimento; (NR)"

Artigo 2º - O artigo 25 passa a vigorar acrescido de um § 5º:

"Artigo 25 - (...)

IV - dez por cento do total de docentes do Conselho de Cultura e Extensão Universitária, eleitos, proporcionalmente, entre os estudantes de graduação e pós-graduação; (NR)

V - vinte por cento do total de docentes do Conselho de Inclusão e Pertencimento, dos quais 70% eleitos entre os estudantes de graduação regularmente matriculados e 30% eleitos entre os estudantes de pós-graduação regularmente matriculados. (NR)

Parágrafo único - (revogado)"

Artigo 4º - O artigo 32 passa a vigorar acrescido de um inciso III e seu caput passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 32 - Cabe ao Conselho de Pesquisa e Inovação: (NR) (...)

III - estimular a inovação e harmonizar a atividade dos órgãos que promovem a inovação associados ou pertencentes à Universidade de São Paulo. (NR)"

Artigo 5º - Fica acrescido um artigo 33-A com a seguinte redação:

"Artigo 33-A - Cabe ao Conselho de Inclusão e Pertencimento estabelecer diretrizes para a inclusão e o pertencimento, levando em conta a diversidade, e elaborar ações comuns e específicas dirigidas a discentes, docentes e servidores técnicos e administrativos. (NR)"

Artigo 6º - Os §§ 1º e 2º do artigo 34 passam a vigorar com a seguinte redação, ficando revogado o inciso VI do mesmo artigo:

"Artigo 34 - (...)

(...)

VI - (revogado)

§ 1º - Haverá um Conselho Comunitário encarregado de traçar as diretrizes da Superintendência de Saúde e das Prefeituras, órgãos previstos nos incisos XIV e VIII, respectivamente. (NR)

§ 2º - A Superintendência a que se refere o inciso XIV manterá o serviço de assistência em todos os campi, no Quadrilátero Saúde/Direito e na Área Capital-Leste, aos corpos docente, discente e de servidores. (NR)"

Artigo 7º - O parágrafo único do artigo 44 passa a vigorar acrescido de um item 3 e seu item 1 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 44 - (...)

Parágrafo único - (...)

1 - Comissão de Pesquisa e Inovação; (NR)

(...)

3 - Comissão de Inclusão e Pertencimento; (NR)"

Artigo 8º - O caput do artigo 50 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 50 - As Comissões de Pesquisa e Inovação, de Cultura e Extensão Universitária e de Inclusão e Pertencimento, se criadas, terão sua composição estabelecida no Regimento da Unidade, obedecidas as normas gerais dos Colegiados Superiores, aplicados, no que couber, as disposições relativas à Comissão de Graduação, dentre elas as previstas no artigo 48, parágrafos 3º a 9º, e no artigo 48-A. (NR)"

Artigo 9º - O inciso VI do artigo 52 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 52 - (...)

(...)

VI - promover a pesquisa e a inovação; (NR)"

Artigo 10 - Fica a Superintendência de Assistência Social (SAS) incorporada à Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP), a qual deverá ser considerada sua sucessora para todos os fins legais.

Artigo 11 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (Procs. USP 22.1.4124.1.8 e 22.1.4126.1.0).

RESOLUÇÃO 8228, DE 5 DE MAIO DE 2022.

Altera dispositivos do Regimento Geral da Universidade de São Paulo, para prever o Conselho de Pesquisa e Inovação, o Conselho de Inclusão e Pertencimento e a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento e criar a função de Pró-Reitor adjunto de Inovação, e dá outras providências.

O Reitor da Universidade de São Paulo, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em 03 de maio de 2022, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - O artigo 14 do Regimento Geral da USP, baixado pela Resolução 3745, de 19 de outubro de 1990, fica acrescido de um inciso V e seu inciso III passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 14 - (...)

(...)

III - Conselho de Pesquisa e Inovação (CoPI); (NR)

(...)

V - Conselho de Inclusão e Pertencimento (CoIP). (NR)"

Artigo 2º - O artigo 15 passa a vigorar acrescido de um § 2º-A com a seguinte redação:

"Artigo 15 - (...)

§ 2º-A - Na Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, haverá um Pró-Reitor adjunto de Pesquisa e um Pró-Reitor adjunto de Inovação, devendo o Regimento do Conselho de Pesquisa e Inovação definir a ordem de substituição do Pró-Reitor, mantendo-se, na vacância das funções de Pró-Reitor e de Pró-Reitores adjuntos, assim como na falta ou impedimento dos três, o exercício da Pró-Reitoria pelo professor mais graduado do CoPI com maior tempo de serviço docente na Universidade. (NR)"

Artigo 3º - Ficam revogados a Seção VI do Capítulo VI do Título II e o seu artigo 23.

Artigo 4º - O artigo 26-A passa a vigorar acrescido do inciso IV-A e o inciso IV passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 26-A - (...)

IV - os Superintendentes de Tecnologia da Informação e do Espaço Físico; (NR)

IV-A - o Coordenador da Vida no Campus da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (NR)"

Artigo 5º - O artigo 27-A passa a vigorar acrescido do inciso IV-A e o inciso IV passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 27-A - (...)

IV - os Superintendentes de Tecnologia da Informação (STI) e do Espaço Físico (SEF); (NR)

IV-A - o Coordenador da Vida no Campus da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (NR)"

Artigo 6º - O artigo 37 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 37 - Ao Conselho Comunitário (CoCm) compete assessorar o Reitor e o Pró-Reitor de Inclusão e Pertencimento na formulação e desenvolvimento da política geral da Vida no Campus da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento e das Prefeituras dos campi, do Quadrilátero Saúde/Direito e da Área Capital-Leste. (NR)"

Artigo 7º - O inciso IV do artigo 38 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 38 - (...)

IV - um representante indicado pela Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (NR)"

Artigo 8º - O artigo 46-A fica acrescido de um inciso VIII e o seu inciso VI e o seu § 3º passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 46-A - (...)

(...)

VI - Comissão de Pesquisa e Inovação; (NR)

(...)

VIII - Comissão de Inclusão e Pertencimento. (NR)

(...)

§ 3º - É facultativa a criação dos órgãos previstos nos incisos IV, V, VI, VII e VIII, bem como a fusão entre eles. (NR)"

Artigo 9º - O inciso II do § 6º do artigo 51 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 51 - (...)

§ 6º - (...)

II - pelo Presidente da Comissão de Pesquisa e Inovação; (NR)"

Artigo 10 - O inciso I do artigo 55 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 55 - (...)

I - Núcleo de Apoio à Pesquisa e à Inovação (NAPI); (NR)"

Artigo 11 - O artigo 71 fica acrescido de um parágrafo único com a seguinte redação:

"Artigo 71 - (...)

Parágrafo único - A matrícula poderá ser invalidada, em procedimento definido pelo Conselho de Inclusão e Pertencimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, se constatado a qualquer momento que o aluno não faz jus à política de inclusão da qual se beneficiou para ingresso na USP. (NR)"

Artigo 12 - O § 2º do artigo 75 fica acrescido de um inciso VIII com a seguinte redação:

"Artigo 75 - (...)

§2º - (...)

VIII - se verificado, a qualquer momento, em procedimento definido pelo Conselho de Inclusão e Pertencimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, que o aluno não faz jus à política de inclusão da qual se beneficiou para ingresso na USP. (NR)"

Artigo 13 - O artigo 96 fica acrescido de um § 4º com a seguinte redação:

"Artigo 96 - (...)

§ 4º - A matrícula poderá ser invalidada, em procedimento definido pelo Conselho de Inclusão e Pertencimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, se constatado a qualquer momento que o aluno não faz jus à política de inclusão da qual se beneficiou para ingresso na USP. (NR)"

Artigo 14 - Ficam preservados os processos de invalidação de matrícula em curso na data da entrada em vigor desta resolução, permanecendo tais procedimentos regulados pelas diretrizes definidas pela Pró-Reitoria de Graduação até seu término.

Artigo 15 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (Procs. USP 22.1.4124.1.8 e 22.1.4126.1.0).

RESOLUÇÃO 8229, DE 5 DE MAIO DE 2022.

Baixa o Regimento do Conselho de Pesquisa e Inovação - CoPI.

O Reitor da Universidade de São Paulo, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, e tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em 03 de maio de 2022, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento do Conselho de Pesquisa e Inovação, anexo à presente Resolução.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Resolução 3735, de 04 de setembro de 1990 (Proc. USP 22.1.4126.1.0).

REGIMENTO DO CONSELHO DE PESQUISA E INOVAÇÃO

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO DO REGIMENTO

Artigo 1º - Este regimento estabelece a constituição, a competência e o funcionamento do Conselho de Pesquisa e Inovação (CoPI), de suas Câmaras e Comissões.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO GERAL DA PESQUISA E DA INOVAÇÃO

Artigo 2º - A gestão da pesquisa e da inovação está organizada em:

- I - Conselho de Pesquisa e Inovação;
- II - Pró-Reitor(a) de Pesquisa e Inovação;
- III - Pró-Reitor(a) Adjunto(a) de Pesquisa;
- IV - Pró-Reitor(a) Adjunto(a) de Inovação;
- V - Comissão de Planejamento Estratégico da Inovação;
- VI - Comissão de Pesquisa e Inovação de cada Unidade/órgão;
- VII - Agência USP de Inovação e seus Polos;
- VIII - Centro de Inovação da USP.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Artigo 3º - O CoPI tem sua composição definida no Estatuto da USP, sendo presidido pelo(a) Pró-Reitor(a) de Pesquisa e Inovação. CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Artigo 4º - O CoPI deverá traçar diretrizes para orientar a ação da Universidade no campo da pesquisa e zelar, por meio de avaliação periódica, pela sua qualidade, bem como estimular a inovação e harmonizar a atividade dos órgãos que promovem a inovação associados ou pertencentes à Universidade de São Paulo.

Artigo 5º - Compete ainda, ao CoPI:

- I - estimular a pesquisa na Universidade em todas as áreas do conhecimento, bem como a interdisciplinar;
- II - zelar pela liberdade de criação individual na atividade de pesquisa;
- III - promover atividades de pós-doutoramento;
- IV - avaliar as atividades e o desempenho da pesquisa e inovação na USP;
- V - aprovar a criação, prorrogação e desativação de Núcleos de Apoio à Pesquisa e Inovação (NAPI);
- VI - deliberar, após ser concedida oportunidade de defesa prévia, sobre a extinção de laboratórios e outras iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e inovação vinculados ao Centro de Inovação da USP nos casos de suspensão justificada de atividades por ato do(a) Pró-Reitor(a) nos termos do art. 16, inc. VI, do presente Regimento;
- VII - deliberar sobre as propostas de suas Câmaras e Comissões;
- VIII - deliberar sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo(a) Reitor(a) ou pelo Conselho Universitário.

CAPÍTULO V

DAS CÂMARAS E COMISSÕES

Artigo 6º - O CoPI poderá constituir Câmaras com atribuições definidas, quando de sua constituição.

Artigo 7º - As Câmaras serão compostas por membros titulares do Conselho, eleitos em votação secreta.

Parágrafo único - Será de dois anos o mandato de seus membros, enquanto integrantes do CoPI, permitida recondução.

Artigo 8º - A representação discente, em cada Câmara, será eleita entre seus representantes no CoPI, observada a porcentagem referida no artigo 29 do Estatuto, assegurada a presença de, pelo menos, um(a) estudante.

Parágrafo único - Será de um ano o mandato dos membros discentes, enquanto integrantes do CoPI, permitida uma recondução.

Artigo 9º - Cada Câmara terá um(a) Coordenador(a), eleito entre seus membros, com mandato de dois anos, enquanto integrante do Conselho, permitida uma recondução.

Parágrafo único - As reuniões das Câmaras serão presididas pelo(a) Coordenador(a), ou pelo(a) Pró-Reitor(a), quando presente.

Artigo 10 - O(a) Pró-Reitor(a) poderá constituir comissões temporárias ou permanentes, com tarefas específicas, designando seus membros.

Parágrafo único - Nas comissões temporárias ou permanentes, a presidência será indicada pelo(a) Pró-Reitor(a).

CAPÍTULO VI

DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO, DAS CÂMARAS E COMISSÕES

Artigo 11 - O funcionamento do Conselho e de suas Câmaras obedecerá ao disposto no Regimento do Conselho Universitário, no que couber.

Parágrafo único - Deverão ser incluídas na pauta do CoPI e de suas Câmaras propostas pertinentes à pesquisa e à inovação que sejam subscritas pela maioria dos seus membros.

Artigo 12 - O CoPI se reunirá ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente quando convocado pelo(a) Pró-Reitor(a) ou pela maioria de seus membros.

Artigo 13 - O funcionamento das Comissões será determinado pelo(a) Pró-Reitor(a), quando de sua constituição.

CAPÍTULO VII

DA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Artigo 14 - A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) é o órgão responsável pela coordenação das pesquisas e da inovação e por zelar pelo cumprimento das diretrizes de pesquisa e inovação na Universidade.

§ 1º - O(a) Pró-Reitor(a) é o(a) agente executivo(a) da PRPI, sendo substituído(a) em suas faltas e impedimentos, sucessivamente, pelo(a) Pró-Reitor(a) Adjunto(a) de Pesquisa e pelo(a) Pró-Reitor(a) Adjunto(a) de Inovação.

§ 2º - Na vacância das funções de Pró-Reitor(a) e de Pró-Reitores(as) Adjuntos(as), assim como na falta ou impedimento dos(as) três, a Pró-Reitoria será exercida pelo(a) professor(a) mais graduado(a) do CoPI com maior tempo de serviço docente na Universidade.

Artigo 15 - São funções da PRPI supervisionar e coordenar as atividades de pesquisa e inovação no âmbito de sua competência.

Artigo 16 - Cabe ao(a) Pró-Reitor(a) de Pesquisa e Inovação:

- I - coordenar a execução de projetos e programas institucionais de pesquisa e inovação;
- II - promover a interlocução entre a universidade e agências de fomento à pesquisa nacionais e internacionais;
- III - coordenar os programas institucionais de iniciação científica e tecnológica e de pós-doutoramento;
- IV - estimular e viabilizar convênios de fomento, intercâmbio e divulgação com agências governamentais, organizações não governamentais e o setor privado, para realização de pesquisas e promoção de inovações;
- V - formular, propor e coordenar estratégias de desenvolvimento de pesquisa e inovação institucionais;
- VI - suspender, em caso de urgência justificada, o funcionamento de laboratórios e outras iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e inovação vinculados ao Centro de Inovação USP, ouvido o(a) Coordenador(a) do respectivo Complexo, abrindo prazo para apresentação de defesa prévia para posterior deliberação do CoPI nos termos do art. 5º, inc. VI, do presente Regimento;
- VII - facilitar a integração das instâncias administrativas envolvidas com as atividades de competência da PRPI.

Artigo 17 - Cabe ao(a) Pró-Reitor(a) Adjunto(a) de Pesquisa:

- I - auxiliar o(a) Pró-Reitor(a) nas atividades de pesquisa;
- II - auxiliar o(a) Pró-Reitor(a) na coordenação dos programas institucionais de iniciação científica e tecnológica e de pós-doutoramento;
- III - auxiliar o(a) Pró-Reitor(a) na celebração de convênios de fomento, intercâmbio e divulgação com agências governamentais para realização de pesquisas;
- IV - facilitar a integração das instâncias administrativas envolvidas com as atividades de competência da PRPI no âmbito das atividades de pesquisa;
- V - desenvolver parcerias de desenvolvimento científico e tecnológico com o setor governamental, iniciativa privada e organizações não governamentais;
- VI - auxiliar a formulação, proposição e coordenação de estratégias de desenvolvimento de pesquisa institucionais;
- VII - participar das comissões para as quais seja designado(a).

Artigo 18 - Cabe ao(a) Pró-Reitor(a) Adjunto(a) de Inovação:

- I - auxiliar o(a) Pró-Reitor(a) nas atividades de inovação;
- II - auxiliar o(a) Pró-Reitor(a) na coordenação dos programas institucionais de iniciação científica e tecnológica e de pós-doutoramento;
- III - auxiliar o(a) Pró-Reitor(a) na celebração de convênios de fomento, intercâmbio e divulgação com agências governamentais, organizações não governamentais e o setor privado, para promoção de inovações;
- IV - favorecer a formação de um ecossistema de inovação na instituição promovendo, quando pertinente, a integração entre a Universidade e os setores público e privado;
- V - auxiliar a formulação, proposição e coordenação de estratégias de desenvolvimento de inovação institucionais;
- VI - facilitar a integração das instâncias administrativas envolvidas com as atividades de competência da PRPI no âmbito das atividades de inovação;
- VII - desenvolver parcerias de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação com o setor governamental, iniciativa privada e organizações não governamentais;
- VIII - coordenar e harmonizar a atuação da Agência USP de Inovação e do Centro de Inovação da USP;
- IX - participar das comissões para as quais seja designado(a).

CAPÍTULO VIII

DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA INOVAÇÃO

Artigo 19 - A Comissão de Planejamento Estratégico da Inovação tem a seguinte composição:

- I - o(a) Reitor(a), seu(sua) Presidente;
- II - o(a) Vice-Reitor(a), seu(sua) Vice-Presidente;
- III - os(as) Pró-Reitores(as) de Graduação, Pós-Graduação, Cultura e Extensão Universitária, Pesquisa e Inovação e Inclusão e Pertencimento;
- IV - o(a) Pró-Reitor(a) Adjunto(a) de Inovação;
- V - o(a) Coordenador(a) da Agência USP de Inovação;
- VI - os(as) Coordenadores(as) dos Complexos do Centro de Inovação da USP;
- VII - 6 (seis) pessoas indicadas pelo(a) Reitor(a), com mandato de dois anos, permitidas reconduções, sendo:
 - a - no mínimo 2 (dois) docentes da USP;
 - b - no máximo 4 (quatro) pessoas sem vínculo com a USP, pesquisadores, gestores públicos, representantes de empresas e instituições ou empresários com reconhecida contribuição para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação no País, sujeitas tais indicações do Reitor à deliberação do Conselho Universitário;
 - VIII - um representante indicado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo.

Artigo 20 - Cabe à Comissão de Planejamento Estratégico da Inovação:

- I - estabelecer diretrizes, a política geral e iniciativas de interesse estratégico da USP em Inovação e Empreendedorismo, orientando as ações da Agência USP de Inovação e do Centro de Inovação da USP;
- II - avaliar relatórios anuais de desempenho da Agência USP de Inovação e do Centro de Inovação da USP e supervisionar, por meio dessa avaliação, o cumprimento das diretrizes e da política geral;
- III - opinar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pelo(a) seu(sua) Presidente.

CAPÍTULO IX

DA COMISSÃO DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Artigo 21 - O CoPI estabelecerá as normas para o funcionamento da Comissão de Pesquisa e Inovação das Unidades/órgãos.

CAPÍTULO X

DOS NÚCLEOS DE APOIO

Artigo 22 - A criação, prorrogação e desativação de cada Núcleo de Apoio à Pesquisa e Inovação (NAPI) deverão ser aprovadas pelo CoPI, obedecendo-se o disposto no Estatuto e Regimento Geral.

Parágrafo único - O CoPI fará avaliação bial dos Núcleos de Apoio.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 23 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo CoPI.

RESOLUÇÃO 8230, DE 5 DE MAIO DE 2022.

Altera a Resolução 5175, de 18 de fevereiro de 2005 e o Regimento do Centro de Inovação da Universidade de São Paulo, baixado pela Resolução 7473, de 21 de fevereiro de 2018, e dá outras providências.

O Reitor da Universidade de São Paulo, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pela

Comissão de Legislação e Recursos, em sessão realizada em 11 de abril de 2022 e em 26 de abril de 2022, "ad referendum" da Comissão, e pela Comissão de Orçamento e Patrimônio, em sessão realizada em 12 de abril de 2022 e em 26 de abril, "ad referendum" da Comissão, e considerando a criação da função de Pró-Reitor Adjunto de Inovação e da Comissão de Planejamento Estratégico da Inovação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - O artigo 1º da Resolução 5175, de 18 de fevereiro de 2005, alterada pelas Resoluções 5867, de 23 de agosto de 2010, 5907, de 03 de março de 2011, e 7533, de 21 de junho de 2018, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica criada a Agência USP de Inovação – USPI-novação, vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, como órgão responsável para, no âmbito da Universidade, gerir e concretizar a política de inovação, impulsionar e estabelecer as ações necessárias para, isoladamente ou em conjunto com os poderes públicos, Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), entidades públicas e privadas, dar suporte à criação, ao intercâmbio, à evolução, às aplicações de novas ideias em produtos e serviços, à sustentabilidade e ao empreendedorismo, em prol do desenvolvimento socioeconômico estadual e nacional. (NR)"

Artigo 2º - Os incisos I e II do artigo 3º da Resolução 5175, de 18 de fevereiro de 2005, alterada pelas Resoluções 5867, de 23 de agosto de 2010, 5907, de 03 de março de 2011, e 7533, de 21 de junho de 2018, passam a ter a seguinte redação:

"Artigo 3º - (...)

(...)

I - estabelecer a estrutura organizacional da USPInovação; (NR)

II - aprovar anualmente o plano estratégico e os programas a serem desenvolvidos; (NR)"

Artigo 3º - Os §§ 1º e 2º do artigo 5º da Resolução 5175, de 18 de fevereiro de 2005, alterada pelas Resoluções 5867, de 23 de agosto de 2010, 5907, de 03 de março de 2011, e 7533, de 21 de junho de 2018, passam a ter a seguinte redação:

"Artigo 5º - (...)

§ 1º - No exercício das suas funções, o Coordenador será auxiliado pelos órgãos da Administração Central da Universidade e poderá contar com assessores designados pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação. (NR)

§ 2º - O Coordenador integrará, como convidado, o Conselho de Pesquisa e Inovação. (NR)"

Artigo 4º - Fica revogado o § 2º do artigo 6º da Resolução 5175, de 18 de fevereiro de 2005, alterada pelas Resoluções 5867, de 23 de agosto de 2010, 5907, de 03 de março de 2011, e 7533, de 21 de junho de 2018, passando o caput e os §§ 3º e 5º do mesmo artigo a ter a seguinte redação:

Cultura e Extensão Universitária e Inclusão e Pertencimento, será de um ano, admitindo-se uma recondução. (NR)”

Artigo 3º - O § 1º do artigo 5º da Resolução 7373, de 10 de julho de 2017, fica acrescido de um inciso I-A com a seguinte redação:

“Artigo 5º (...)

§ 1º (...)

I-A - o Pró-Reitor de Inclusão e Pertencimento; (NR)”

Artigo 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário (Proc. USP 22.1.4124.1.8).

REGIMENTO DO CONSELHO DE INCLUSÃO E PERTENCIMENTO

TÍTULO I – DOS OBJETIVOS

Artigo 1º - São objetivos das políticas de inclusão e pertencimento da Universidade de São Paulo:

I - garantir a inclusão e o pertencimento, levando em conta a diversidade e elaborando ações comuns e específicas dirigidas a discentes, docentes e servidores técnicos e administrativos;

II - reconhecer e valorizar a diversidade e a equidade nas relações institucionais e na produção do conhecimento;

III - acolher a diversidade e promover o pertencimento por meio de ações inclusivas e de permanência que ultrapassem a entrada na vida universitária;

IV - fortalecer, ampliar e coordenar as ações afirmativas interseccionais que abarcam questões socioeconômicas, de gênero, étnico-raciais, sobre deficiências, e a promoção da saúde mental e de respeito aos direitos humanos;

V - ampliar os vínculos e reconhecimento da USP com a sociedade no que diz respeito às suas áreas de atuação.

Artigo 2º - As ações e metas da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP) deverão ser conduzidas pela diversidade, como elemento fundamental na produção do conhecimento.

Artigo 3º - A Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP) compreende um conjunto de atividades que tem por objetivo:

I - promover o pertencimento a partir do reconhecimento, na Universidade e na vida social, do valor das diferenças sociais, culturais, sexuais, físicas, de gênero e étnico-raciais;

II - reconhecer que a diversidade deve se traduzir em ações que incorporem a pluralidade e multiplicidade dos saberes, fomentando os processos de formação que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão, identificando novos temas e recortes de produção de conhecimento;

III - estimular a construção de saberes em diálogo e que conectem a USP com o mundo social;

IV - ampliar o escopo de problemas e temas de investigação da USP garantindo efetivas trocas e permeabilidades com a sociedade e com a diversidade que configura a Universidade;

V - desenvolver ações de educação e formação para a diversidade dirigidas à comunidade USP (servidores docentes, servidores técnicos e administrativos e alunos);

VI - estimular as articulações e transversalidades de ação com os demais órgãos e Unidades da USP;

VII - favorecer o bem estar social como atributo transversal no fomento de relações institucionais de promoção de saúde mental;

VIII - consolidar o pertencimento e incentivar o reconhecimento da diversidade criativa.

Artigo 4º - A Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento deverá operar a partir de redes de saberes, garantindo o diálogo permanente com outras instâncias da gestão e com grupos e entidades organizativas da comunidade universitária e da sociedade.

TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E PERTENCIMENTO

Artigo 5º - A estrutura de gestão das políticas de inclusão e pertencimento está organizada em:

I - Conselho de Inclusão e Pertencimento (CoIP);

II - Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP);

III - Comissão de Inclusão e Pertencimento de cada Unidade/órgão (CIP).

Artigo 6º - São áreas de atuação da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP):

I - Vida no campus, incluindo ações ligadas:

a) à valorização da convivência e das atividades de integração e formas de viver os campi;

b) à permanência estudantil, como moradia, alimentação, creches e esportes; e

c) à qualidade de vida dos servidores docentes e técnicos e administrativos em ações que incluem, dentre outros, o eventual oferecimento de serviço de restaurante universitário, creches e esportes;

II - Mulheres, relações étnico-raciais e diversidades, incluindo ações ligadas:

a) à promoção da igualdade de gênero na USP e ao enfrentamento à violência de gênero;

b) à proposição de pautas e políticas relativas à diversidade sexual, à inclusão e ao antirracismo;

c) à supressão das dificuldades e exclusões decorrentes de deficiências; e

d) a populações indígenas;

III - Saúde mental e bem estar social, incluindo ações relacionadas à convivência, ao bem estar social e à saúde mental no campus, especialmente:

a) prevenindo sofrimentos, orientando e oferecendo acolhimento inicial ao estudante de graduação e pós-graduação da USP e aos estudantes intercambistas, docentes e servidores técnicos e administrativos;

b) acolhendo na perspectiva interseccional, enfatizando a dimensão transcultural do cuidado e o valor dos saberes das diferentes culturas nacionais e internacionais;

c) promovendo a saúde mental por dispositivos de escuta e educativos, por meio da incrementação dos laços sociais e apoios institucionais, da integração às redes de saúde, de assistência e aos grupos e às comunidades afetivo-cultural-político-jurídicas de apoio na Universidade e/ou fora dela;

IV - Direitos humanos, incluindo ações que enfrentem este tema, viabilizando a organização de ações institucionais relacionadas às práticas cotidianas e ao passado;

V - Formação e vida profissional, com ações que visem a:

a) estimular o pertencimento em docentes, discentes e servidores técnicos e administrativos;

b) qualificar e integrar as diversas modalidades de apoio estudantil articulando-as aos processos de formação.

Capítulo I – Do Conselho de Inclusão e Pertencimento

Artigo 7º - O Conselho de Inclusão e Pertencimento (CoIP) é o órgão central da Universidade de São Paulo responsável por traçar diretrizes e buscar a excelência na realização de atividades de inclusão, permanência e pertencimento pautadas pela diversidade e equidade, respeitadas as normas superiores.

Artigo 8º - Integram o Conselho de Inclusão e Pertencimento:

I - o(a) Pró-Reitor(a) de Inclusão e Pertencimento, como seu (sua) Presidente;

II - o(a) Pró-Reitor(a) Adjunto(a) de Inclusão e Pertencimento;

III - o(a) Presidente da Comissão de Inclusão e Pertencimento de cada Unidade;

IV - um representante de cada Museu indicado pelo respectivo Conselho Deliberativo entre docentes do Museu, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;

V - um representante de cada Instituto Especializado indicado pelo respectivo Conselho Deliberativo entre docentes do Instituto Especializado, com mandato de dois anos, permitida uma recondução;

VI - a representação discente.

§ 1º - O membro referido no inciso III do caput deste artigo será substituído(a) em suas faltas e impedimentos pelo(a) respectivo(a) Vice-Presidente.

§ 2º - A representação referida nos incisos IV e V será exercida pelo Presidente da Comissão de Inclusão e Pertencimento, quando instituída, sendo substituído em suas faltas e impedimentos pelo respectivo Vice-Presidente.

§ 3º - A representação discente, referida no inciso VI do caput deste artigo, eleita por seus pares, terá mandato de um ano, permitida uma recondução, devendo ser apresentada, por ocasião da candidatura, um programa de atividades que ressalte a atuação do interessado em políticas de inclusão e pertencimento.

Artigo 9º - Compete ao Conselho de Inclusão e Pertencimento:

I - traçar diretrizes que nortearão a ação da Pró-Reitoria, obedecidas as normas gerais fixadas pelo Conselho Universitário, bem como zelar, por meio de avaliações permanentes, pela qualidade do trabalho e pela adequação dos meios às finalidades de cada programa;

II - estimular continuamente a promoção e o respeito aos direitos humanos a partir das atividades desenvolvidas pela Universidade de São Paulo;

III - estabelecer diretrizes, no âmbito da USP, para ações voltadas:

a) à igualdade de gêneros e étnico-racial;

b) à inclusão de pessoas com deficiência;

c) à garantia da saúde mental à comunidade USP;

d) ao oferecimento de atividades esportivas à comunidade USP;

e) à concessão de auxílios e bolsas relativas à permanência estudantil;

f) à moradia estudantil, às creches e aos restaurantes universitários, devendo as Prefeituras dos campi do interior seguir as diretrizes definidas pelo CoIP na gestão desses equipamentos;

IV - opinar sobre a criação, transformação e extinção de órgãos e serviços na área de Inclusão e Pertencimento;

V - definir procedimentos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, para apuração de eventuais fraudes às políticas de inclusão da Universidade, inclusive invalidando matrículas de alunos que não façam jus às ações afirmativas de que se beneficiaram para ingresso na USP;

VI - constituir, se necessário, Câmaras, Comissões Assessoras e Grupos de Trabalho com atribuições específicas;

VII - deliberar sobre as propostas de suas Câmaras e Comissões;

VIII - deliberar sobre matérias que lhe sejam submetidas pela Reitoria, pela Vice-Reitoria, pela Pró-Reitoria, pelo Conselho Universitário ou pelas demais Pró-Reitorias;

IX - decidir, em grau de recurso e em instância final, sobre deliberações das Congregações das Unidades, em matéria de sua competência;

X - decidir, em grau de recurso e em instância final, nos procedimentos para apuração de eventuais fraudes às políticas de inclusão da Universidade;

XI - apreciar o relatório anual da Pró-Reitoria.

Seção I – Do Funcionamento do Conselho de Inclusão e Pertencimento (CoIP)

Artigo 10 - O Conselho de Inclusão e Pertencimento (CoIP) reunir-se-á, ordinariamente, oito vezes ao ano e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

§ 1º - A convocação para as sessões ordinárias ou extraordinárias será feita por circular com, pelo menos, cinco dias de antecedência.

§ 2º - Em casos de urgência e relevância, e a critério do(a) Pró-Reitor(a), o prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser reduzido.

§ 3º - A matéria constante da pauta da reunião será distribuída aos membros do Conselho com a convocação.

§ 4º - Em casos especiais e a critério do Conselho, matéria distribuída em pauta complementar poderá ser incluída na ordem do dia.

§ 5º - Propostas do âmbito de competência do Conselho poderão ser incluídas na pauta das reuniões ordinárias quando entregues à Pró-Reitoria com antecedência mínima de 30 dias e subscritas pela maioria dos membros titulares deste Conselho.

Artigo 11 - As reuniões do Conselho serão instaladas com a presença de mais da metade de seus membros.

§ 1º - Não havendo quórum para a instalação dos trabalhos, o Conselho reunir-se-á em segunda convocação 30 minutos depois, com a mesma pauta.

§ 2º - Na hipótese do § 1º deste artigo, permanecendo a insuficiência de quórum, a reunião será instalada, 30 minutos depois, em terceira e última convocação, com qualquer quórum, não podendo deliberar sobre matérias para as quais quórum especial seja exigido.

§ 3º - Em qualquer caso, o quórum para deliberações será aquele estabelecido neste Regimento e nas demais normativas da Universidade.

Artigo 12 - O comparecimento às reuniões do Conselho é obrigatório.

Parágrafo único - O conselheiro, quando impedido de comparecer, deve justificar a ausência antecipadamente e convocar seu suplente, enviando-lhe a pauta da reunião.

Artigo 13 - As reuniões do Conselho somente terão acesso seus membros.

§ 1º - O(a) Pró-Reitor(a) e o(a) Pró-Reitor(a) Adjunto(a) comporão a mesa que dirige os trabalhos.

§ 2º - Assessores do(a) Presidente do Conselho e servidores da Pró-Reitoria, a convite do(a) Presidente, poderão estar presentes às sessões para colaborar no desenvolvimento dos trabalhos.

§ 3º - Poderão ser convidadas, a juízo do(a) Presidente do Colegiado, pessoas para prestar esclarecimentos sobre assuntos especiais.

Artigo 14 - Na votação da matéria constante de pauta, serão contabilizados os votos favoráveis, os votos contrários e as abstenções.

§ 1º - Em caso de empate, o(a) Presidente do CoIP terá direito, além de seu voto, ao de qualidade, exceto nas votações secretas.

§ 2º - No caso de empate em votações secretas, será realizada nova votação.

Seção II – Das Câmaras do Conselho de Inclusão e Pertencimento

Artigo 15 - O CoIP poderá constituir Câmaras com atribuições definidas quando de sua constituição.

Artigo 16 - As Câmaras serão compostas por membros titulares do Conselho de Inclusão e Pertencimento (CoIP), eleitos em votação secreta.

§ 1º - Os membros docentes das Câmaras serão eleitos pelo Conselho de Inclusão e Pertencimento (CoIP) para um mandato de dois anos, limitado ao mandato na qualidade de membro do Conselho de Inclusão e Pertencimento (CoIP), permitida uma recondução.

§ 2º - Os membros discentes das Câmaras, assegurada a presença de, pelo menos, um aluno, serão eleitos pelos representantes discentes no Conselho de Inclusão e Pertencimento (CoIP), entre si, para um mandato de um ano, limitado ao mandato na qualidade de membro do Conselho de Inclusão e Pertencimento (CoIP), permitida uma recondução.

Artigo 17 - Cada Câmara elegerá, dentre os membros docentes, seu Coordenador e respectivo suplente, com mandato de dois anos, limitado ao mandato destes na qualidade de membros da Câmara, sendo permitida uma recondução.

Artigo 18 - As reuniões das Câmaras serão presididas pelo Coordenador, ou, sucessivamente, pelo(a) Pró-Reitor(a) ou pelo(a) Pró-Reitor(a) Adjunto(a) quando presentes.

Capítulo II – Da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP)

Artigo 19 - A Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP) é o órgão responsável por executar e zelar pelo cumprimento das diretrizes relacionadas a inclusão, diversidade, equidade e pertencimento na USP.

Parágrafo único - O(A) Pró-Reitor(a) é o(a) agente executivo(a) da Pró-Reitoria, sendo substituído(a) em suas faltas e impedimentos pelo(a) Pró-Reitor(a) Adjunto(a).

Artigo 20 - São funções da PRIP propor, executar, supervisionar e coordenar as atividades de sua competência.

Artigo 21 - Cabe à Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP):

I - zelar pelo cumprimento dos Objetivos da PRIP, tal como apresentados no Título I deste Regimento;

II - estimular a participação universitária visando a atenção à diversidade nos seus vários aspectos político-econômico, social, cultural, religioso, histórico, subjetivo e epistêmico, geográfico/locacional;

III - elaborar e coordenar programas e ações que objetivem a excelência universitária, seja pela ampliação de indicadores e parâmetros existentes, seja pela formulação de novos sentidos e significados;

IV - elaborar e coordenar programas e ações de fomento e projetos de ações afirmativas;

V - elaborar e coordenar programas, projetos e ações para compor políticas de prevenção, promoção e tratamento em saúde mental, considerando as particularidades das diversidades;

VI - elaborar e coordenar programas, projetos e ações para compor políticas de permanência estudantil, tais como moradia, alimentação, creches e esportes;

VII - elaborar e coordenar programas, projetos e ações destinadas à promoção da qualidade de vida dos servidores docentes e técnicos e administrativos em ações que incluem, dentre outros, o eventual oferecimento de serviço de restaurante universitário, creches e esportes;

VIII - elaborar e coordenar programas, projetos e ações para compor políticas de combate ao preconceito e às opressões de qualquer natureza, zelando pela equidade de direitos da comunidade USP;

IX - coordenar as atividades de seus órgãos, assessorias, coordenadorias e comissões de trabalho;

X - manter a articulação acadêmica com as demais Pró-Reitorias e quaisquer setores da USP e da comunidade externa para estabelecer programas, convênios, acordos e parcerias visando à implementação e à articulação da política de inclusão, permanência e diversidade;

XI - estabelecer diálogo permanente com as iniciativas políticas referentes à diversidade, inclusão e saúde mental, sejam da Universidade, de coletivos ou de outras universidades e instituições;

XII - atuar junto aos diversos segmentos da Universidade: docentes, discentes e servidores técnicos e administrativos a partir de duas vertentes:

a) acolhimento e assistência social;

b) estímulo à excelência acadêmica agregando procedimentos inovadores e novos temas de investigação;

XIII - administrar o conjunto residencial estudantil da Universidade, na Capital.

Artigo 22 – O(A) Pró-Reitor(a) poderá constituir comissões temporárias ou permanentes, com tarefas específicas, designando seus membros.

Parágrafo único - Nas comissões temporárias ou permanentes, o Presidente será indicado pelo(a) Pró-Reitor(a).

Capítulo III – Da Comissão de Inclusão e Pertencimento

Artigo 23 - A Comissão de Inclusão e Pertencimento (CIP) é o colegiado de caráter estatutário, ao qual cabe traçar diretrizes e zelar pela execução das atividades relacionadas a inclusão e pertencimento, diversidade e equidade.

Artigo 24 - A composição e o funcionamento das Comissões de Inclusão e Pertencimento (CIP) são regidos por normas estatutárias e regimentais da Universidade, bem como das próprias Unidades.

TÍTULO III – DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 25 - As Congregações das Unidades ou órgãos equivalentes terão o prazo de 45 dias contados a partir da entrada em vigor do presente Regimento para indicar um representante para integrar o CoIP enquanto não estiver instituída sua Comissão de Inclusão e Pertencimento.

Parágrafo único - O representante referido no caput terá mandato de dois anos, limitado à instituição da Comissão de Inclusão e Pertencimento da Unidade/órgão.

Artigo 26 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Conselho de Inclusão e Pertencimento.

RESOLUÇÃO 8232, DE 5 DE MAIO DE 2022.

Altera dispositivos da Resolução 5971, de 08 de setembro de 2011, e revoga a Resolução CoCEx 5908, de 10 de março de 2011.

O Reitor da Universidade de São Paulo, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pela Comissão de Legislação e Recursos, em sessão realizada em 11 de abril de 2022 e em 26 de abril de 2022, “ad referendum” da Comissão, e considerando a criação da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - As atividades desenvolvidas pelo Programa USP-Diversidade da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, instituído pela Resolução CoCEx 5908, de 10 de março de 2011, ficam incorporadas à Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento.

Artigo 2º - A ementa da Resolução 5971, de 08 de setembro de 2011, passa a ter a seguinte redação:

“Cria o Programa USP-Legal, subordinado à Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento. (NR)”

Artigo 3º - O artigo 1º da Resolução 5971, de 08 de setembro de 2011, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 1º - Fica criado o Programa USP-Legal, subordinado à Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento. (NR)”

Artigo 4º - O artigo 7º da Resolução 5971, de 08 de setembro de 2011, passa a vigorar acrescido de um inciso I-A com a seguinte redação:

“Artigo 7º - (...) I-A - o Pró-Reitor de Inclusão e Pertencimento; (NR)”

Artigo 5º - O artigo 8º da Resolução 5971, de 08 de setembro de 2011, passa a vigorar acrescido do inciso V-A e os incisos VI, XI e XII e o § 1º passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 8º - (...):

(...)

V-A - 1 (um) docente membro do Conselho de Inclusão e Pertencimento, eleito por seus pares; (NR)

VI - 3 (três) docentes de livre escolha do Pró-Reitor de Inclusão e Pertencimento; (NR)

(...)

XI - 1 (um) representante da Vida no campus da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento; (NR)

XII - 1 (um) representante da Sociedade Civil, indicado pelo Pró-Reitor de Inclusão e Pertencimento; (NR)

(...)

§ 1º - O mandato dos representantes docentes referidos nos incisos I, II, III, IV, V e V-A, será de 2 (dois) anos, vinculado ao mandato nos respectivos Colegiados, admitindo-se a recondução. (NR)”

Artigo 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CoCEx 5908, de 10 de março de 2011 (Proc. USP 22.1.4124.1.8).

PORTARIA GR 7707, DE 05 DE MAIO DE 2022.

Dispõe sobre redistribuição de cargo de Professor Titular.

O Reitor da Universidade de São Paulo, consoante o deliberado pela Comissão de Atividades Acadêmicas, em sessão de 04-04-2022, baixa a seguinte

PORTARIA:

Artigo 1º - O cargo de Professor Titular 167223, ref. MS-6, da PG do QDUSP, fica redistribuído do Departamento de

Microbiologia para o Departamento de Fisiologia e Biofísica do Instituto de Ciências Biomédicas.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação (Proc. USP 19.1.1070.42.8).

PORTARIA GR 7708, DE 05 DE MAIO DE 2022.

Dispõe sobre redistribuição de cargos de Professor Titular.

O Reitor da Universidade de São Paulo, consoante o deliberado pela Comissão de Atividades Acadêmicas, em sessão de 04-04-2022, e conforme disposto pelas Resoluções 8.047 e 8.048/2020, baixa a seguinte

PORTARIA:

Artigo 1º - Os 10 (dez) cargos de Professor Titular, ref. MS-6, da PG do QDUSP, relacionados abaixo ficam redistribuídos entre os Departamentos da Escola Politécnica, bem como ficam redistribuídos provisoriamente de seus respectivos Departamentos para a própria Unidade nos termos do § 2º do artigo 122 do Regimento Geral, na seguinte conformidade:

Número do Cargo	Do Departamento de	Para
130230	Engenharia Hidráulica e Ambiental	Departamento de Engenharia de Minas e de Petróleo
1026615	Engenharia de Telecomunicações e Controle	Departamento de Engenharia Mecânica
130273	Engenharia Química	Departamento de Engenharia Naval e Oceânica
1026844	Engenharia Naval e Oceânica	Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais
224545	Engenharia de Sistemas Eletrônicos	EP
130435	Engenharia de Estruturas e Geotécnica	EP
130370	Engenharia de Telecomunicações e Controle	EP
1015796	Engenharia Hidráulica e Ambiental	EP
222208	Engenharia Mecatrônica e de Sistemas Mecânicos	EP
267473	Engenharia de Energia e Automação Elétricas	EP

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação (Proc. USP 21.1.360.3.4).

PORTARIA GR 7709, DE 05 DE MAIO DE 2022.

Dispõe sobre redistribuição de cargo de Professor Titular.

O Reitor da Universidade de São Paulo, consoante o deliberado pela Comissão de Atividades Acadêmicas, em sessão de 04.04.2022, baixa a seguinte

PORTARIA:

Artigo 1º - O cargo de Professor Titular 173061, ref. MS-6, da PG do QDUSP, fica redistribuído do Departamento de Química Fundamental para o Departamento de Bioquímica do Instituto de Química.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação (Proc. USP 21.1.182.46.2).

PORTARIA GR 7710, DE 5 DE MAIO DE 2022.

Altera a Portaria GR 3749, de 18 de abril de 2007, a Portaria GR 6599, de 11 de dezembro de 2014, e a Portaria GR 7653, de 14 de dezembro de 2020, em decorrência da criação da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP).

O Reitor da Universidade de São Paulo, com fundamento no art. 42, I, do Estatuto, e considerando a criação da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP), baixa a seguinte

PORTARIA

Artigo 1º - O artigo 3º da Portaria GR 3749, de 18 de abril de 2007, alterada pelas Portarias GR 3778/2007, 4196/2009, 5059/2011, 6735/2016 e 7579/2019, passa a vigorar acrescido do inciso XI e seus incisos II e X e seu § 2º passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 3º - (...)

(...)

II - o Pró-Reitor de Inclusão e Pertencimento, na qualidade de Vice-Presidente; (NR)

(...)

X - um representante discente do Conselho de Graduação; (NR)

XI - um representante discente do Conselho de Inclusão e Pertencimento. (NR)

(...)

§ 2º - As representações discentes, referidas nos incisos IX, X e XI do caput deste artigo, e seus respectivos suplentes, serão eleitos por seus pares dos Conselhos de Pós-Graduação, de Graduação e de Inclusão e Pertencimento. (NR)”

Artigo 2º - O artigo 1º da Portaria GR 6599, de 11 de dezembro de 2014, alterada pela Portaria GR 7249/2018, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 1º - Fica constituída, junto à Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento, a Comissão de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo. (NR)”

Artigo 3º - O caput e o § 2º do artigo 3º da Portaria GR 6599, de 11 de dezembro de 2014, alterada pela Portaria GR 7249/2018, passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 3º - A Comissão de Direitos Humanos da USP fica composta por 12 (doze) membros indicados pelo Pró-Reitor de Inclusão e Pertencimento, sendo ao menos 5 (cinco) docentes da USP, ativos ou aposentados, 1 (um) representante dos servidores técnicos e administrativos e 1 (um) representante discente da USP. (NR)

(...)

§ 2º - O Pró-Reitor de Inclusão e Pertencimento indicará o Presidente da referida Comissão dentre seus membros. (NR)”

Artigo 4º - O caput e o parágrafo único do artigo 1º da Portaria GR 7653, de 14 de dezembro de 2020, passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 1º - As ações de acolhimento, encaminhamento e acompanhamento de